



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público***

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 30 de junho de 2020

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa	6
2. Demonstração do Desempenho Orçamental	7
3. Notas Explicativas	8
Nota 1: Contexto Operacional	8
Nota 2: Políticas Contabilísticas	8
Nota 3: Abrangência	9
Nota 3: Data da Autorização	9
Nota 4: Das Receitas e Despesas	9
Nota 5: Caixa e Equivalentes de Caixa	10
Nota 6: Impostos	10
Nota 7: Contribuições para Segurança social	10
Nota 8: Transferências Correntes	11
Nota 9: Outras Receitas	11
Nota 10: Outros Recebimentos	12
Nota 11: Pessoal e Encargos	12
Nota 12: Aquisição de bens e serviços	12
Nota 13: Juros e outros encargos	13
Nota 14: Subsídios	13
Nota 15: Transferências	14
Nota 16: Benefícios Sociais	14
Nota 17: Outras Despesas	15
Nota 18: Outros Pagamentos	15
Nota 19: Venda ativos não financeiros	15
Nota 20: Empréstimos concedidos – amortização	16
Nota 21: Compra Ativos não Financeiros	16
Nota 22: Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	17
Nota 23: Empréstimos Concedidos Mi Concedidos	17
Nota 24: Crédito interno	17
Nota 25: Empréstimos Obtidos	18
Nota 26: Amortização de Empréstimo Interno	18
Nota 27: Amortização de Empréstimo Externo	19
Nota 28: Amortização de Empréstimo Leasing	19
Nota 29: Saldo Inicial e Final de Caixa	19

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos de Caixa I de Janeiro a 30 de junho de 2020 (Em milhões de CVE)

FLUXOS OPERACIONAIS	2020	2019	Referência
RECEBIMENTOS	22 160,6	25 583,4	
Impostos	15 889,0	20 218,7	6
Segurança Social	27,5	32,2	7
Transferências Correntes	1 389,3	928,2	8
Outras Receitas do Estado	2 404,1	3 915,3	9
Outros recebimentos (terceiros)	2 450,6	488,9	10
PAGAMENTOS	26 627,0	24 232,7	
Despesas com pessoal	10 283,8	10 101,5	11
Aquisição de bens e serviços	3 341,3	3 078,4	12
Juros e outros encargos	2 694,8	2 581,2	13
Subsídios	275,7	69,2	14
Transferências	2 809,4	2 651,3	15
Benefícios Sociais	3 913,1	3 482,8	16
Outras Despesas do Estado	806,3	1 607,3	17
Outros pagamentos (terceiros)	2 502,6	661,0	18
FLUXO LÍQUIDO OPERACIONAL	-4 466,4	1 350,6	
FLUXOS DE INVESTIMENTOS			
RECEBIMENTOS	202,4	202,4	
Venda activos não financeiros	45,6	72,7	19
Empréstimos Concedidos Mi Amortizações	156,8	129,8	20
PAGAMENTOS	1 173,7	4 555,2	
Compra de activos não financeiros	889,0	1 749,0	21
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	260,6	2 806,2	22
Empréstimos Concedidos Mi Concedidos	24,0	0,0	23
FLUXO LÍQUIDO DE INVESTIMENTO	-971,3	-4 352,8	
FLUXOS DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS	11 980,2	6 546,7	
Credito interno bruto	8 999,6	6 175,3	24
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	2 980,6	371,4	25
PAGAMENTOS	6 260,7	2 569,7	
Amortização de Empréstimo Interno	3 904,7	1 350,2	26
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	2 356,0	1 219,5	27
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	67,7	29,3	28
FLUXO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	5 719,6	3 977,0	
FLUXO LÍQUIDO TOTAL	281,9	974,9	
SALDO INICIAL DE CAIXA	5 077,1	11 107,5	29
FLUXO LÍQUIDO TOTAL	281,9	974,9	
SALDO FINAL DE CAIXA	6 944,3	12 368,1	29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Demonstrativo Desempenho Orçamental - Ano Atual I de Janeiro a 30 de junho de 2020 (em milhões de CVE)

	ORC. INICIAL	ORC. FINAL	REALIZADAS	% Inicial	% Final
Receitas operacionais					
Impostos	48 065,7	33 952,0	15 889,0	33,1%	46,8%
Segurança Social	69,5	69,5	27,5	39,6%	39,6%
Transferências	5 959,5	8 559,5	1 389,3	23,3%	16,2%
Outras receitas	14 300,7	11 097,7	2 404,1	16,8%	21,7%
Soma das Receitas operacionais	68 395,3	68 395,3	19 710,0		
Receitas (vendas) dos Activos e Passivos					
Activos Não Financeiros	450,6	450,6	45,5	10,1%	10,1%
Activos Fixos	450,6	450,6	45,5	10,1%	10,1%
Existências					
Valores					
Recursos naturais					
Activos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Soma Venda de Activos e Passivos	450,6	450,6	45,5		
Total das Receitas	68 845,9	68 845,9	19 755,5		
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	23 996,8	23 654,2	10 283,8	42,9%	43,5%
Aquisição de bens e serviços	13 374,4	15 205,9	3 341,3	25,0%	22,0%
Juros e outros encargos	5 662,0	5 186,8	2 694,8	47,6%	52,0%
Subsídios	729,0	890,9	275,7	37,8%	31,0%
Transferências	7 014,0	8 094,8	2 809,4	40,1%	34,7%
Benefícios Sociais	7 488,1	8 046,2	3 913,1	52,3%	48,6%
Outras Despesas	4 121,5	3 688,5	806,3	19,6%	21,9%
Soma das Despesas operacionais	62 385,8	64 767,4	24 124,4		
Compra de Activos e Passivos					
Activos Não Financeiros	10 803,2	10 953,1	889,0	8,2%	8,1%
Ativo Financeiros	4 986,4	4 986,4	284,6	5,7%	5,7%
Soma compra de Activos e Passivos	15 789,6	15 939,5	1 173,7		
Total das Despesas	78 175,4	80 706,8	25 298,0		
SALDO GLOBAL	-9 329,5	-11 860,9	-5 542,5		
Passivos financeiros - novo financiamento	23 536,0	25 620,1	12 004,2		
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	7 860,8	7 860,8	8 999,6	114,5%	114,5%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	12 136,6	14 220,7	2 980,6	24,6%	21,0%
Empréstimos Concedidos Mi Concedidos	3 538,7	3 538,7	24,0	0,7%	0,7%
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento	11 853,3	11 865,3	6 485,2		
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	4 645,4	4 657,4	2 356,0	50,7%	50,6%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações OF	7 064,3	6 919,3	3 904,7	55,3%	56,4%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	0,0	145,0	67,7	-	46,7%
Empréstimos Concedidos Mi Amortizações	143,6	143,6	156,8	109,2%	109,2%
Financiamento líquido	11 682,8	13 754,9	5 519,1		
SALDO TOTAL	2 353,3	1 893,9	-23,5		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 30 de junho de 2020

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e contabilidade pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei nº 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo – SIGOF – e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do I trimestre de 2020 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por uma Agência Reguladora, perfazendo um total de 72 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 3/2020, de 17 de janeiro de 2020.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 20 (incluindo as chefias do governo - 4)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 43
- Agência Reguladora - 1

Nota 3: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 14 de agosto de 2020 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Nota 4: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2020, aprovado a 17 de janeiro de 2020.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2020, aprovado a 17 de janeiro de 2020.

Nota 5: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas a Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 6: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
DGCI	8 310	0	8 310	11 367
DGA	7 579	0	7 579	8 852
Total de Impostos	15 889	0	15 889	20 219

Observa-se que, no segundo trimestre de 2020, houve um decréscimo de receita de impostos na ordem de 21,4%, quando comparado aos dados consolidados do segundo trimestre de 2019. De acordo com a justificativa da DNRE, essa performance resultou em todas as sub-rubricas que compõem este agrupamento, quando se compara 2020 com 2019, fruto dos primeiros impactos da COVID 19, assim como, pelo facto do Governo ter adotado medidas excepcionais para fazer face à pandemia nomeadamente, o adiamento do prazo para declaração e pagamento do IRPC anual de maio para julho de 2020, a possibilidade de pagamento do IVA em prestações e do encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo.

Nota 7: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Taxa social única	0,0	0	0	0,0
Contribuições para segurança social	27	0	27	32
Total de Contribuições	27	0	27	32

De janeiro a junho de 2020, o item Contribuições apresentou uma diminuição de 14,8% quando comparado com o ano de 2019. As contribuições para segurança social respondem por 99,0% do

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

total da arrecadação das contribuições e são formadas pelo somatório das contribuições para segurança social e da taxa social única.

Nota 8: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Governos Estrangeiros	1 171	0	1 171	803
Organismos Internacionais	10	0	10	31
Administrações Públicas	208	0	208	94
Total de Transferências	1 389	0	1 389	928

O Agrupamento da transferência apresentou um aumento de 49,7%, comparativamente ao período homólogo de 2019, sendo a rubrica governos estrangeiros o principal formador de valor nesse grupo, que responde por 84,3% do total das transferências sendo esta formada pelo somatório das ajudas orçamentais, ajuda alimentar e donativos diretos.

Nota 9: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Rendimentos de propriedade	60	148	208	448
Venda de bens e serviços	1 260	716	1 976	2 974
Multas e outras penalidades	111	0	112	186
Outras transferências	5	5	10	79
Outras receitas diversas e não especificadas	83	5	99	228
Total de Outras Receitas	1 519	885	2 404	3 915

O item Outras Receitas apresentou uma redução de 38,6% em 2020. Essa diminuição foi, em grande parte, em decorrência do subitem venda de bens e serviços, que apresentou uma diminuição de 33,6%, motivado pela redução na execução das taxas de prestação de serviços derivado do impacto da COVID 19. O segundo subitem é a rubrica rendimentos de propriedade que decresceu 53,5% devido essencialmente a diminuição de rendas e dividendos.

Nota 10: Outros Recebimentos (Terceiros)

Quanto ao item outros recebimentos (terceiros), que se refere as contas de terceiros que são geridas pelo Tesouro, até junho de 2020, verificou-se um total de recebimentos de 2.450,6 milhões de CVE. De salientar que no mesmo período do ano transato, o total de recebimentos foi menor, cerca de 1.023,8 milhões de CVE.

Nota 11: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Pessoal e encargos				
Remunerações certas e permanentes	6 987	2 697	9 684	9 371
Encargos com a segurança social	374	225	599	730
Total Pessoal e encargos	7 362	2 922	10 284	10 102

As despesas com pessoal e encargos corresponderam, em 2020, a 42% do total das despesas de funcionamento da Administração Central, sendo que a Remuneração a Pessoal responde por 94% do total desta rúbrica. Estão incluídos nesse grupo a remuneração do pessoal ativo, subsídios, vencimentos.

Compreende ainda as obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

Comparando-se o ano de 2020 com o ano de 2019, verificou-se que despesas com pessoal e encargos aumentaram 1,8%.

Nota 12: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Aquisição de bens e serviços				
Aquisição de bens	712	474	1 186	940
Aquisição de serviços	1 793	362	2 155	2 138
Total aquisição de bens e serviços	2 504	837	3 341	3 078

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Em 2020, o item Aquisição de bens e serviços apresentou um aumento igual 8,5% quando comparado com ano de 2019. A aquisição de bens e serviços respondem por 14% do total das despesas. Na origem deste aumento esta o acréscimo do subitem aquisição de bens que atingiu 26,2 % quando comparado com o mesmo período homologado de 2019, já a rubrica aquisição de serviços teve o seu de aumento de apenas 0,8%.

Nota 13: Juros e outros encargos

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Juros da dívida pública Externo	1 142	0	1 142	1 095
Juros da dívida pública Interno	1 552	0	1 552	1 467
Outros Encargos	1	0	1	19
Total de juros e encargos	2 695	0	2 695	2 581

Comparando-se o ano de 2020 com o ano de 2019, verificou-se que essas Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras aumentaram 4,4%. Essa rubrica corresponde a 11% do total das despesas. Esse crescimento é causado, principalmente pelos juros e encargos da dívida interna na área das reformas económicas estruturais.

Nota 14: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	54	207	261	54
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	15	0	15	15
Total de subsídios	69	207	276	69

O item subsídios apresentou um aumento de mais de 100% ou seja 298,6% em 2020. Esse aumento foi, em grande parte, em decorrência do subitem subsidio as empresas publicas não financeiras, que apresentou um aumento de 381% em face ao período homologado de 2019, tendo sido subsidiado os transportes marítimos Inter Ilhas até junho deste ano com um montante de mais de 200 milhões de CVE no âmbito do protocolo assinado entre o Estado e as agências marítimas.

Nota 15: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Para Governos Estrangeiros	40	0	40	28
Organismos Internacionais	62	1	62	33
Administrações Públicas	2 684	22	2 707	2 590
Total de Transferências	2 786	23	2 809	2 651

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas até junho de 2020, foi de 2.809,4 milhões de CVE, representando um aumento de 158 milhões de CVE, comparativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que as destinadas aos compromissos das administrações públicas correspondem a 96,3% do total das transferências, seguidas das despesas com os organismos internacionais e com os governos estrangeiros com 2,2% e 1,4%, respetivamente.

Nota 16: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Pensões e Reformas	2 516	851	3 367	3 245
Evacuações de Doentes	171	0	171	157
Outros Benefícios Sociais em Numerário	375	1	375	81
Total de Benefícios Sociais	3 062	851	3 913	3 483

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 3.913 milhões de CVE, superando a soma registada no período transato, em +430,3 milhões de CVE.

Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 92,4% foi canalizado para pensões e reformas. Os itens pensões de aposentação e pensões do regime não contributivo cifraram os 2.274,9 milhões de CVE e 941,7 milhões de CVE, respetivamente, representando 58,1% e 24,1% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 129,1% (+307,5 milhões de CVE), impulsionada pelo aumento da despesa com outros benefícios em numerário.

Nota 17: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Partidos Políticos	38	0	38	37
Organizações não governamentais	46	0	46	85
Restituições	125	0	125	784
Indeminizações	119	0	119	160
Outras Despesas	213	265	478	540
Total de Outras Despesas	541	265	806	1 607

Comparando-se o segundo trimestre de 2020 com o de 2019, verificou-se que as outras despesas do Estado diminuiram 801,0 milhões de CVE. Esta rubrica corresponde a 3,3% do total de pagamentos. Este desagravamento decorreu, em grande parte, da conta de despesas com restituições (-659,4 milhões de CVE), indemnizações (-40,6 milhões de CVE) e com organizações não governamentais (-39,2 milhões de CVE), que ocorreram de janeiro a junho de 2019, mas não se registraram no mesmo período este ano.

Nota 18: Outros Pagamentos (Terceiros)

Quanto ao item outros pagamentos (terceiros), que se refere as contas de terceiros que são geridas pelo Tesouro, em junho de 2020, verificou-se um total de pagamentos de 2.502,6 milhões de CVE contra 1.024,0 milhões de CVE no ano de 2019, contribuindo deste modo, para um aumento de 1.478,6 milhões de CVE.

Nota 19: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Ativos Fixos	46	0	46	73
Total Venda Ativos Não Financeiros	46	0	46	73

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

De janeiro a junho de 2020, as vendas de ativos não financeiros registaram um decréscimo de 37%, devendo-se essencialmente a queda nas alienações de terrenos e imóveis comparativamente ao ano transato.

Nota 20: Empréstimos concedidos – amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Empréstimos Concedidos	157	0	157	130
Total de Empréstimos Concedidos	157	0	157	130

Esta rubrica engloba as operações pelos empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às autarquias locais e empresas pública. Tais ativos estão concentrados à Câmara Municipal de S. Vicente e Enapor, correspondendo a 94,6% dos valores totais dos empréstimos concedidos.

Nota 21: Compra de Ativos não Financeiros

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Ativos fixos	760	21	782	1 597
Recursos naturais	23	0	23	4
Total de Compra Ativos não financeiros	783	21	805	1 602

A compra dos ativos não financeiros, no segundo trimestre de 2020, registou um total de 681,0 milhões CVE, o que representa uma diminuição de 49,8% relativamente ao período homólogo. Esta diminuição resulta da diminuição do programa de investimento (-15,0%).

Nota 22: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
ÁGUA DE REGA	15	0	15	0
NEWCO	246	0	246	0
Total de Ações e Outras Participações	261	0	261	0

O total das ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o segundo trimestre de 2020 totalizou 260,0 milhões de CVE, o que representa uma diminuição de 9.071% relativamente ao período homólogo. As participações incluem investimentos em empresas públicas.

Nota 23: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

O governo concedeu 24,0 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, durante o segundo trimestre 2020, devido a necessidade de financiamento das Câmaras Municipais de São Domingos e de São Vicente, ao contrário do constatado no período homólogo, em que não se concedeu quaisquer empréstimos desta natureza.

Nota 24: Crédito interno

Crédito Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Sistema bancário	792	0	792	1 272
Sistema não bancário	2 435	0	2 435	3 753
Total de Crédito Interno	3 228	0	3 228	5 026

A conta de empréstimos internos está classificada conforme a origem do credor interno. Verifica-se uma diminuição de 35,8% dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2019. Em termos de constituição do crédito interno por sector, o sistema bancário e o sistema não bancário detêm 25% e 75% do total do crédito interno, respetivamente.

Nota 25: Empréstimos Obtidos

Empréstimos Obtidos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Multilateral	2 868	0	2 868	2 968
BAD	66	0	66	589
BADEA	103	0	103	120
BM/IBRD	504	0	504	120
FIDA	0	0	0	39
BM/IDA	2 191	0	2 191	2 100
OPEC	5	0	5	0
Bilateral	113	0	113	134
Áustria	20	0	20	0
FUNDO KUWAIT	63,0	0	63,0	1
JICA	30,0	0	30,0	112
ICO	0,0	0	0,0	21
Total de Empréstimos Obtidos	2 981	0	2 981	3 102

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral e bilateral. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 96,2% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 2.820,1 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, transporte e turismo.

Nota 26: Amortização de Empréstimo Interno

Amortização de Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Amortização de Empréstimo Interno	3 905	0	1 583	1 152
Total de Amortização de Empréstimo Interno	3 905	0	3 905	1 152

Em junho de 2020, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 3.904,7 milhões de CVE, apresentando um aumento de 238,9% (+2.752,5 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato. Do montante pago, 76,0% corresponde a Títulos de Obrigações do Tesouro, 20,3% a Bilhetes do Tesouro e 3,7% aos bancos comerciais.

Nota 27: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Amortização de Empréstimo Externo	2 981	0	2 981	2 982
Total de Amortização de Empréstimo Externo	2 981	0	2 981	2 982

Comparando-se o segundo trimestre de 2020 com o de 2019, verificou-se uma ligeira diminuição no total de amortização do empréstimo externo em -1,7 milhões de CVE (-0,1%), cifrando-se em 2.980,6 milhões de CVE. Analisando na ótica de modalidade de empréstimo, notou-se que 57,1% refere a empréstimo de projetos de investimentos (conta especial), 33,9% a empréstimos conta caixa, 5,9% a projetos de investimentos e 3,0% a empréstimos de retrocessão.

Nota 28: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Consolidado	
	2020	2020	2020	2019
Amortização de Empréstimo Leasing	68	0	68	58
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	68	0	68	58

Relativamente a amortização de empréstimos leasing, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 17,1% (+9,9 milhões de CVE).

Nota 29: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial da conta do Orçamento do Estado situou em 5.077 milhões de CVE tendo encerrado com 6.944 milhões de CVE em 30 de junho de 2020, representando uma evolução positiva de 1.867 milhões de CVE.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado na Conta diz respeito somente aos saldos das instituições que fazem parte do orçamento do Estado.